

IMIGRANTES: progresso material e diversidade cultural no Paraná

Yoshiya Nakagawara Ferreira*

Desde que o mundo é mundo, o homem busca um lugar que o compense na sua passagem por este planeta, seja material, espiritual, psicológica ou outra qualquer. A mola desse impulso, é a sua sobrevivência com as mínimas condições dignas como ser humano. Quando isto não é possível, ele enfrenta marés e oceanos e embarca para uma esperança desconhecida e incerta, mas certamente, uma esperança.

O Brasil já foi a pátria sonhada de muitos imigrantes. Se, por um lado, sob a batuta de estados nacionalistas extremados, comandados por líderes anti-humanitários, vários grupos étnicos foram forçados a abandonar suas terras, por outro lado, os países que os acolheram se enriqueceram não só do ponto de vista cultural, no sentido antropológico, mas também do ponto de vista econômico, na mais ampla acepção.

Há inúmeras razões da emigração, mas a história já mostrou que, os fatores políticos, religiosos e econômicos são os mais evidentes nesse movimento migratório pelo mundo.

* Professora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina.

Não foi o Brasil que foi receptivo à imigração, mas era o Brasil que necessitava de gente para ocupar e povoar a sua imensa terra subpovoada, e necessitava de braços livres e qualificados para a lavoura cafeeira. Trata-se de um período histórico que se inicia nos meados do século passado, quando cessa o tráfico de escravos, prolongando-se até aproximadamente 1930. Com a derrocada da Bolsa de Nova York e a crise mundial instalada de 29/30, os grandes movimentos migratórios em direção às Americas, encontram dificuldades (1).

No Brasil, a mão-de-obra imigrante se destinava a suprir a carência de trabalhadores na grande lavoura de exportação, porém, no Paraná foi desde logo colocado no sentido de se criar uma agricultura de abastecimento, vindo para as terras florestais virgens ou para os "campos" do sul. A principal forma de entrada dos imigrantes foi o seu assentamento em pequenas propriedades em núcleos coloniais, tanto incentivado pela colonização oficial como particular. Os primeiros registros datam de 1816, desenvolvendo-se lentamente, pois o acesso à terra tornava-se difícil para os imigrantes (2).

A partir de 1870, no Paraná, surgem núcleos coloniais fundados diretamente pelo poder público, atribuídos a empresas particulares, por concessões, incumbidas também de introduzir imigrantes em seus territórios. Os núcleos coloniais foram cedidos por contratos a empresários, que recebiam vastas extensões de terras a preço baixo, além de outros recursos financeiros. A construção de estradas de ferro concretiza esse interesse e o controle é exercido por grupos estrangeiros. Nessa conjuntura, enquadra-se a concessão de imensas glebas, no Paraná, a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, em troca da construção da estrada Guarapuava-Foz do Iguaçu, ligando Leste/Oeste Paranaense, facilitando a ocupação desses espaços praticamente vazios desde a expulsão dos jesuítas.

pelos bandeirantes (3).

Em 1885 e 1886 - foram criadas sociedades de imigração em Paranaguá, Curitiba, Morretes, Antonina, Campo Largo, Lapa e Ponta Grossa, que atuaram na promoção de serviços de imigração, inclusive (4) na propaganda das terras do Paraná para a colonização.

Pode-se observar o interesse do Estado em ocupar as terras paranaenses, quando se constata que havia até uma Secretaria com o nome de Secretaria de Obras Públicas e Colonização do Estado do Paraná, no início do Século XX (1901).

A partir de 1939, o Governo Estadual iniciava ao norte e a oeste a Cia. de Terras Norte do Paraná - CTNP, nova fase de colonização oficial, fundando várias colônias (Jaguapitã, Centenário do Sul, Ivaí) e também a sudoeste (Jacutinga, Barro Preto, Mato Branco, Passa Quatro e Retiro do Pinhal).

Em fins do século XIX e princípios de XX, a conjuntura caracterizava-se pelo interesse de capitais ingleses, no Brasil, pelos negócios de terras, além de serem grupos ingleses os principais detentores das concessões de Serviços Públicos, feitas pelo governo brasileiro. Nesta perspectiva deve ser entendida a atuação da CTNP, no seu grande empreendimento "imobiliário-colonizador" no Norte do Paraná (5).

A presença do imigrante no Paraná trouxe um grande desenvolvimento agropecuário, organizando a sua economia agrícola e solidificando os setores comerciais e industriais. Localizados em matas virgens de difícil acesso, como no Norte do Paraná ou em solos ácidos e pobres em matéria orgânica, os núcleos de imigrantes superaram as dificuldades iniciais pela tenacidade e sua capacidade de organização social e econômica. Exemplos desse sucesso são os assentamentos de imigrantes holandeses e alemães no Sul do Estado,

nos Municípios de Carambeí, Castro, Palmeira, Arapoti e Gurapuava. Cada assentamento tem a sua história, sua característica e os seus problemas; mas, há traços comuns que os unem: com cerca de 40 a 50 anos, essas colônias produzem produtos de qualidade de alto padrão, organizando a sua comercialização em torno de Cooperativas, sendo que já em 1925, nascia a primeira cooperativa na Colônia Holandesa Carambeí, só oficializada em 1941. A marca "**Batavo**", já cruzou as fronteiras paranaenses, conquistando grandes mercados nacionais (6).

Em 1954, com a constituição da Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda (Batavo e Castrolanda), a responsabilidade de industrialização da produção pecuária e sua comercialização passou à Cooperativa Central. A partir de 1960, a Cooperativa Agropecuária de Arapoti passa a integrar o grupo, hoje nacionalmente conhecido como "**Grupo Batavo**".

A partir da década de 70, as cooperativas singulares passam a se dedicar à agricultura e em 1977, em conjunto com a Cooperativa Agrária de Entre Rios Ltda e a Cooperativa Agropecuária Witmarsum Ltda, fundam a Cooperativa Central Agropecuária Campos Gerais Ltda, com unidade de esmagamento de soja, em Ponta Grossa. Com cerca de 800 associados, possuem produção diversificada e bem tecnificada, competindo com as melhores unidades do gênero, no Brasil, nas áreas de laticínios, frigoríficos e cereais (7).

A batavo nasceu com a pecuária de leite, hoje produzindo o melhor gado leiteiro do Brasil. Desde 1954, a suinocultura foi integrada ao sistema, e em 1965, a avicultura. A crescente tecnificação e diversificação de atividades, demonstra o espírito empreendedor desses imigrantes.

QUEM SÃO ? DE ONDE VIERAM?

Os holandeses radicados em Carambeí são originários de 3 famílias holandesas, ex-trabalhadores nas docas de Rotterdam que, coagidos por força das circunstâncias sócio-políticas na Europa, em 1908 migraram para o Brasil. Residiram inicialmente nas matas virgens do Município de Irati, mas as dificuldades da época, somadas à falta de recursos financeiros, os fizeram estabelecer em Carambeí (Castro), distante cerca de 25 km de Ponta Grossa. Somente em 1934, vieram os alemães para Terra Nova, anexando-se a Carambeí, tornando-se os mesmos, precursores de todas as colônias (8) que mais tarde se expandiriam nos Campos Gerais.

No município de Palmeira, em 1951, os menonitas, compostos de descendentes de colonos alemães da Rússia soviética se estabelecem organizando a colônia Witmarsum, em campos pobres, impróprios para atividades agropecuárias, inicialmente.

Na colônia Entre Rios (Guarapuava), onde se instalaram os suábios, juridicamente iugoslavos mas culturalmente alemães, foragidos das antigas zonas de colonização alemã no Danúbio Central (Hungria, Romênia, Iugoslávia), organizando-se em pequenas propriedades, começam a cultivar cereais; inicialmente, arroz e trigo, novidade nos campos do sul. Em 1971, com apenas 20 anos de fixação em uma área de cerca de 40.000 ha, a sua produção já surpreendia o Brasil, pela sua produtividade (9).

No Norte do Paraná, marcam destaques, a colônia fundada em Rolândia, por refugiados alemães e judeus-alemães, e as colônias japonesas de Assaí, Uraí, Lorena (em Cambé) e Esperança (em Arapongas).

Fugindo do nacional-socialismo da Alemanha, e

também em decorrência das Leis de Nuremberg, de 1936, que dizia que "todo aquele que tivesse 1/4 de ascendência judaica, seria judeu", os alemães e judeus-alemães emigraram como "refugiados" para várias partes do mundo (10).

Esses ex-refugiados, constituídos de juizes, advogados, médicos, químicos, economistas, engenheiros, agrônomos, industriais e comerciantes prósperos, vieram para Rolândia. Havia dois políticos, um ex-ministro da República e um Deputado do Partido do Centro. Trouxeram pianos, móveis, bibliotecas, onde Goethe e Thomas Mann eram leituras obrigatórias. Dedicaram-se à cafeicultura inicialmente. Hoje, desfrutam de uma ótima posição social e econômica, permanecendo ainda alguns resquícios das primeiras dificuldades na integração grupal entre simpatizantes do nacional-socialismo, alemães católicos, alemães-luteranos, judeus, judeus-alemães. Alguns retornaram para a Alemanha, outros foram residir em São Paulo.

Pode-se dizer que os que ficaram, cultivam soja, trigo, milho, café ou arrendam suas propriedades, mas sem dúvida prosperaram muito. Uma visita a qualquer dessas propriedades expressa bom gosto na arrumação das casas, nos jardins e o nível cultural da população é muito acima da média.

ASSAÍ e URAÍ são frutos de estratégia da organização empresarial colonizadora, utilizada pelos japoneses, com apoio oficial do governo japonês. A Brasil Tokushoku Kaisha - BRATAC - adquire inicialmente 12.000 alqueires de terras em 1929, mais 6.100 posteriormente e promove a colonização de Assaí, cuja comunidade constituída em sua maioria por ex-colonos paulistas, instala uma organização comunitária nos moldes do Japão, agrupando-se em torno de laços de solidariedade, subdividindo-se espacialmente, formando unidades de "Mura", ou vilas

agrícolas. A sobrevivência inicial e o sucesso econômico das comunidades de Assaí e Uraí se deve ao espírito comunitário em seus empreendimentos, tanto sociais como econômico-políticos (11).

Há duas cooperativas instaladas em Assaí, a Cooperativa Agrícola de Cotia e a Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil, que dão apoio na comercialização dos produtos como algodão, soja, café, milho e frutas, uva principalmente. Hoje, muitos pequenos proprietários possuem fazendas em outros Municípios e Estados, desenvolvendo também atividades agropecuárias. Alguns se tornaram industriais, porém os filhos desses imigrantes geralmente com curso superior, desenvolvem atividades no Setor de Serviços em cidades maiores, como Londrina, Curitiba, São Paulo, etc.

A colônia Esperança, foi formada em torno de um líder, missionário japonês. Este, em companhia de um padre, também de origem nipônica, percorreu algumas áreas do Estado de São Paulo, convidando os japoneses católicos a virem se fixar no Norte do Paraná, para formar uma comunidade. A partir de 1934, começaram a chegar as primeiras famílias, que se fixaram em torno de uma Igreja. Não se trata de uma comunidade fundada nos moldes de outras colônias organizadas, mas a própria CTNP reservou inicialmente 1.200 alqueires, reunindo cerca de 100 famílias, em sua maioria católicos japoneses.

Na comunidade Nikkey, o fenômeno "Dekassegui" - trabalhadores temporários, constituídos geralmente de filhos e netos dos imigrantes -, não deixa de ser uma outra etapa do movimento migratório japonês. Desagregando famílias e a produção, migram movidos pela melhora nas condições de vida, ao lado de uma certa curiosidade em sentir as suas raízes. São cerca de 25.000 pessoas migrando do Paraná, entre cerca de 150.000 do Brasil. Após 1 ou 2 anos, com suas

economias conseguem adquirir bens imóveis ou abrir um pequeno negócio, caso as condições de trabalho no Japão sejam favoráveis. Remetem ao Brasil, cerca de 2 bilhões de dólares, quantia superior ao valor das exportações de café para o Japão (12).

Diferentes na sua origem - ora colônias de iniciativa particular, espontânea, como Carambeí, ora formada com seleção prévia das famílias e tamanho do grupo, como a Castrolanda, ou os suábios do Danúbio, fixados em Entre Rios (Guarapuava), com a "Ajuda Suíça para a Europa", ou constituindo-se com estímulos de empresas nacionais apoiadas por empresas estrangeiras, os imigrantes e seus descendentes fixados no Paraná, estão vinculados histórica e geograficamente a problemas de pressão demográfica, religiosa, econômica ou política dos países de origem. Produziram paisagem rurais distintas, lembrando suas raízes culturais, mas certamente um grande crédito terá que ser atribuído: foram e são lutadores de alto nível, vivendo pacificamente, dando exemplos de organização, trabalho e honestidade.

Francisco Oliver Meronho, diretor administrativo da CONFEPAR expressa: "...não tem jeitinho brasileiro, são claros e com objetivos consistentes".

Estudar o processo de assentamento dos imigrantes no Paraná, certamente trará contribuições para clarear a ocupação e o crescimento social e econômico do Paraná.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. PEreira, Wladimir. A imigração e a economia brasileira. (Texto apresentado no II Congresso Brasileiro de Imigração e Integração). julho,

1983, Pavilhão da Bienal de São Paulo.

2. RELATÓRIO do Presidente da Província do Paraná, Francisco Liberato de Matos, na abertura da Assembleia legislativa Provincial, em 07 de janeiro de 1858. Curitiba. 1858. p. 21, apud CODATO, Evandir. Colonização Agrícola: a colônia Três Barras. 1932-1970. Tese de Mestrado. Curitiba. UFPR. 1981. 252 p. (p. 12 e seguintes).
3. BALHANA, Altiava; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília. História do Paraná. v. I, Curitiba: Grafipar. e, _____ . Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização. in: Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo. 1969: 345-389.
4. CODATO, Evandir. Colonização agrícola: a colônia Três Barras. 1932-1970. Tese de Mestrado. Curitiba: UFPR. 1981. 252 p. (p. 12 e seguintes).
5. NAKAGAWARA, Yoshiya. O papel da Cia de Terras Norte do Paraná no crescimento de Londrina e da Região Norte Paranaense. 1984, 8 p. Londrina-UEL (Texto mimeo).
6. COOPERATIVA Agro-Pecuária Batavo Ltda. Um pouco de nossa história. Batavo. ano 1, n. 3. jan. 1992. Castro.
7. CASTROLANDA investe na diversificação. Batavo. ano 1, n. 2, dez. 1991. Castro.
8. SUÁBIOS no Paraná. Curitiba, 1971, 115 p. (p. 26 e seguintes).
9. Ibidem, p. 31 e seguintes.

10. KOSMINSKY, Ethel Volfzon. Rolândia, a terra prometida (Judeus refugiados do nazismo no Paraná). São Paulo: FFLCH/Centro de Estudos Judaicos, 1985. 149 p. (Judaica Brasil, 4).
11. CODATO, Evandir. obra citada, p. 128 e seguintes.
12. NAKAGAWARA, Yoshiya. (versão mimeografada sobre a cafeicultura brasileira. 36 p. Publicado no Japão na Revista Tiri to rekishi. (Geografia e História) em língua japonesa. Ed. Yamaue. 1990.